

## ORIGENS SOCIAIS DOS INDUSTRIAISTÊXTEIS DO VALE DO PARAÍBAPPAULISTA

FABIO RICCI\*

### Introdução

A origem social dos industriais no Brasil tem sido objeto de análise de vários autores.(DEAN, 1971: 25-87; BRESSER PEREIRA, 143-164) O ponto de partida para a análise está na constatação de que é no vínculo do produto básico de exportação com o comércio exterior que surgem os efeitos de encadeamento para outras atividades.

Decorre daí que a origem social dos empresários industriais residisse no comércio do café, pois sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento dessa etapa.(FURTADO, 1981:142). O capital comercial investia em atividades industriais como forma de diversificação de seus interesses, assim como surgiram explicações que apontam uma vinculação direta do capital dos cafeicultores às atividades industriais, além daquela dos imigrantes.

As referências sobre as origens sociais dos empresários no Brasil são aquelas constituídas de pesquisas cuja base geográfica se concentram em grandes empresários de São Paulo e proximidades. Recentemente essas pesquisas tem se ampliado significativamente, com novas pesquisas e estudos.

De fato, a questão não está totalmente respondida. Pesquisas realizadas por estudiosos de outras regiões e analisando casos específicos tem obtido outros resultados.

Barbosa( 2006) pesquisando o setor calçadista de franca demonstra um processo evolutivo de pequeno artesão para manufatura e grande indústria. Os empresários do setor são de origem humilde, brasileiros e descendentes de italianos. Brandão(2012)aponta a origem de imigrantes pobres para os empresários industriais pioneiros de Ribeirão Preto. Pesquisa recente de Jacques Marcovitch(2003;2008;2009)

---

\* Doutor história econômica FFLCH-USP;UNITAU-Universidade de Taubaté-Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional

amplia as pesquisas e traz dados intrigantes que se acrescentam às anteriores. Ele nos mostra vários empresários cujas origens estão em outros países que não a Itália. Por que nos referimos à Itália? Porque esta é origem da maioria dos empresários imigrantes indicados pelas pesquisas da região da capital de São Paulo.

Visando contribuir com essa discussão fizemos uma pesquisa documental, tomando por base atas de fundação das empresas sobre as empresas têxteis pioneiras na região do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo.

Nosso ponto de análise é o de que a lógica do capital, que é a sua reprodução, buscando otimizar a geração de excedentes e as condições objetivas para a sua aplicação é que levaram ao investimento em atividades industriais. Portanto, os agentes econômicos detentores de algum capital buscaram investir nessas atividades.

## **As indústrias pesquisadas**

A partir dessa definição, analisaremos os acionistas e capitais das indústrias têxteis da região. As empresas das quais obtivemos a lista de acionistas foram a Companhia Taubaté Industrial (1891, 1910), Malharia Nossa Senhora da Conceição (1909, 1918), Sociedade Anônima Jacarehy Industrial (1911), Companhia de Tecidos de Malha “Filhinha” S/A (1911), Companhia Fiação e Tecelagem Guaratinguetá (1914, 1920) e a Companhia Industrial Limitada de Caçapava (1912).

A Malharia Nossa Senhora da Conceição foi uma empresa limitada desde sua fundação até 1909. Foi seu fundador Luiz Simon, um descendente de franceses cujo pai era de origem judaica, que exercia em Jacaréí a profissão de comerciante de jóias. Ela estava em operação quando, em 1885, foi vendida para um grupo de fazendeiros: Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, Coronel Delfino Martins de Siqueira, Barão de Santa Branca e Alfredo Alberto Ribeiro de Mendonça. (PACHECO E CHAVES, 1888) Os motivos da venda foram as dificuldades encontradas por Luiz Simon, em razão de uma sociedade mal estabelecida com seu irmão Leon que, usando recursos da sociedade montara, somente em seu nome, uma fábrica no Rio de Janeiro. Tal situação motivou um longo processo que levou Luiz Simon à situação de penúria até sua morte, em 1921. Em 1898

a empresa foi vendida à Ferraz Fester& Cia, que julgamos seria a empresa de João Ferraz, pois o mesmo assume a gerência da fábrica.(LENCIONE, 1999)

Em 1901, porém sem muita exatidão, foi adquirida por imigrantes alemães, com capital da Empresa Theodore-Wille, passando sua razão social a "Hoffmann, Ahlgrenn e Cia.", adotando como nome de fantasia "Fábrica de Meias Hoffmann-Jacarehy". Esses imigrantes eram prepostos de Theodore-Wille. A empresa operou com capital fechado até 1909, quando então passou a sociedade anônima, permanecendo, no entanto, a Hoffmann e Cia. como sócia majoritária, possuindo 2.120 das 2.500 ações da Companhia, ou seja, 84,8%. Os outros acionistas eram todos estrangeiros.

Em 1918 ocorre uma aparente grande modificação no controle acionário da Companhia, quando passam a ser os maiores acionistas o Coronel Marcelino de Carvalho com 42,68% das ações, o filho de imigrantes Ernesto Diederichsen com 24,00%, a empresa francesa, com sede em Paris, Scheitlin&Co. com 27,4% e o Brasilianische Bank fürDeutschland-SP com 5,72%, perfazendo 99,8% das ações da empresa.( AGE 22/05/1918)

Dos novos acionistas, Dean nos informa que Ernesto Diederichsen era de família de fazendeiros, imigrantes de segunda ou terceira geração.(DEAN,1971) Após concluir que a Primeira Guerra Mundial foi ruim para os investimentos germânicos no Brasil, pois havia por parte dos aliados interesse em bloqueá-los, Dean descreve casos em que, para manter-se em atividade, os empresários germânicos agiam de maneira discreta e esperta, fazendo uso de prepostos. Aponta Diederichsen como um desses empresários que mantinham ligações políticas de grande valia como o caso em que “ *a família Rodrigues Alves lhe serviu de fachada em sua companhia elétrica de Rio Claro.*”DEAN, 1971:111.

Pode haver ocorrido esse caso com a Malharia, em que o coronel Antonio Marcelino de Carvalho, residente em São Paulo, maior acionista da empresa (42,68% das ações) e membro efetivo do conselho fiscal, não participa de sua diretoria. Para diretores, foram eleitos os acionistas Ernesto Diederichsen e Ernesto Freitas Junior.

A mesma ata indica que o diretor presidente, Richard A. Erbrich, demitiu-se e vendeu suas ações, e Hugo Spiro também apresentou seu pedido de demissão “*Em vista do*

*estado atual das nossas relações internacionais e principalmente, atendendo-se ao deplorável acontecimento ocorrido no mês de janeiro, no seio de nossa fábrica.”*

Na firma de importação e exportação Theodore-Wille, Diederichsen foi gerente comercial, e seu preposto na Malharia N. Senhora da Conceição, da qual a firma era parte majoritária desde 1901, com os Hoffmann. Diederichsen permaneceu à frente da Malharia até 1946.

Como vemos, a modificação acionária resultou na continuação do capital estrangeiro no controle da companhia, enquanto imigrantes permaneciam na sua direção. Por isso, somos levados a crer que a mudança no perfil acionário foi aparente, fazendo com que os acionistas estrangeiros tivessem menor visibilidade dada a conjuntura política do período.

Concluimos que a Malharia Nossa Senhora da Conceição passou do controle de acionistas locais ligados às atividades urbanas, para fazendeiros locais e por fim, para o controle do capital por imigrantes e empresas estrangeiras do ramo comercial.

Passemos então à Companhia Taubaté Industrial - CTI. O capital inicial da empresa foi de 500:000\$000 e suas 2.500 ações distribuídas entre seus subscritores, de tal maneira que seis deles detinham 78,64% das ações.

A pesquisa nos revelou as seguintes informações:

O acionista Arthur Ferreira Torres, detentor de 20% do capital subscrito, não aparece na formação da primeira diretoria e se retira do capital acionário da empresa já em 1892. Suas ações foram adquiridas em 1895 pela família Castro. A mesma família da Fábrica de Tecidos Santo Antonio, de São Luiz do Paraitinga. Dessa forma, o capital acionário pode ser considerado tanto de agricultores tradicionais (embora, como vimos, não necessariamente cafeicultores, uma vez que, pelo menos no início da década de 1880, produziam algodão, café e milho) como de industriais, já que a atividade industrial, embora não bem sucedida, já fazia parte dos interesses dos investimentos da família.

Como dissemos anteriormente, nada indica que a fundação da CTI tenha feito parte de qualquer movimento especulativo gerado pelo encilhamento. O capital, minoritário, do Banco Popular de Taubaté, na verdade era de captação regional. O Banco foi adquirido pelo Banco Popular de Guaratinguetá já em 1892. Porém, observamos que o seu

presidente era o mesmo Dr. Rodrigo Nazareth de Souza Reis. Ele que, com seu banco, detinham 23,4% do capital.

San-Martin, ao estudar a empresa, afirma que: *“Há casos, e muitos, em que deixou de haver intermediação do comércio na arregimentação dos capitais para a indústria. A Companhia Taubaté Industrial é um exemplo. Alicerçou-se sobre os capitais do café.”*(SAN-MARTIN, 1990: 109-10)

Indicando a seguir como acionistas os cafeicultores Antonio Marcondes de Moura, João Affonso Vieira, Antonio Afonso Moreira, Pedro Moura Alcântara, Victoriano Eugênio Marcondes Varella e Joaquim Lopes Chaves. Este último também era político, tendo sido vereador, deputado e senador. Além desses, também classificou como capital cafeeiro José Francisco Monteiro, médico formado em Leipzig, filho do Visconde de Tremembé, que foi grande cafeicultor e proprietário das fazendas "Campos de São Roque" e "Buquira", e Fernando de Mattos, engenheiro formado em Paris, por ser membro de família de grandes cafeicultores. A soma dos capitais desses acionistas correspondiam a apenas 12,8% do total de ações.

Por outro lado, observamos a ausência de dois dos seis maiores acionistas do empreendimento na sua análise: Valdemar Bertelsen e José Antonio Carneiro de Souza, que subscreveram 12% e 10,4% das ações, respectivamente.

Valdemar Bertelsen, dinamarquês, era comerciante do ramo de tecidos no Rio de Janeiro e amigo de Félix Guisard. (BERINGS,1971:42)Foi ele o primeiro diretor comercial da companhia, assumindo o comando das vendas no Rio de Janeiro. Portanto, podemos considerar 12% do capital como comercial. Note-se que o comércio da capital era então o maior mercado e ponto central de distribuição para o Brasil.

José Antonio Carneiro de Souza era português. Foi industrial em Taubaté, onde fundou uma refinaria de açúcar. Inventou uma máquina a vapor para refinação de açúcar, recebendo patente de invenção do imperador D. Pedro II.(PASSARELLI, 1996: 160-1.

Aqui temos, portanto, o capital de pequeno industrial local e de imigrante.

Por outro lado, podemos considerar que José Francisco Monteiro e Fernando de Mattos, embora parentes de cafeicultores, podem ter sido motivados a investirem na indústria por outras razões. Ambos estudaram na Europa. Esta pode ter sido a razão de visualizarem na indústria boas possibilidades de investimento. Graham (1973:195-

224) mostra a atração que a industrialização européia, como possibilidade de progresso, exercia sobre os estrangeiros que para lá se dirigiam para estudar.

O engenheiro Fernando de Mattos foi o construtor dos prédios da fábrica e teve a remuneração de seu trabalho transformada em capital acionário. Isso foi favorável para a empresa, pois diminuiu os custos iniciais do empreendimento. Associada ao engenheiro Fernando de Mattos, temos a Companhia Norte Paulista e a Companhia Edificadora Progresso, de sua propriedade. Estas empresas foram as responsáveis pela construção de vários casarões na cidade e concessionária de serviço público de saneamento. Somando-se a Fernando de Mattos o médico José Francisco Monteiro, temos 7% dos capitais para profissionais liberais, urbanos, portanto.

Não podemos considerar o capital financeiro como exclusivamente de cafeicultores, muito embora seus diretores pudessem sê-lo. Foi o caso da ligação da família Rodrigues Alves com o Banco Popular de Guaratinguetá. Apesar de considerarmos a sua captação como local ou, no máximo, regional, a mesma não se dava exclusivamente com os recursos dos fazendeiros, pois as atividades urbanas, em especial o comércio, movimentavam parcela dos recursos regionais.

Félix Guisard, filho de imigrantes franceses, era natural de Minas Gerais, onde recebeu educação no Seminário de Diamantina. Transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro e trabalhou na Fábrica de Tecidos de Pau Grande, estabelecimento em que chegou a exercer o cargo de gerente. Foi diretor técnico fundador da CTI e depois seu presidente, permanecendo à frente da empresa até sua morte, ocorrida em 1941. Ele e sua família possuíam 16,0% das ações.

Após essas considerações, podemos caracterizar os primeiros acionistas da CTI assim: Fazendeiros: 32,8%; Profissionais liberais: 7,0%; Capital financeiro local 12,2%; Capital comercial: Rio de Janeiro - nacional 12,0%; Capital de pequeno industrial: 10,4%; Industriários/Poupança familiar: 16,0%; Capitalistas locais 9,6%.

Como vemos, o capital inicial da CTI foi formado pela combinação de investidores do setor agrícola cafeeiro, de profissionais liberais, do capital financeiro nacional, do capital da pequena indústria, do setor comercial da capital federal e, no caso dos capitais da família Guisard, de poupanças familiares.

Vale ressaltar que a CTI nasce com forte ligação com a capital federal, o Rio de Janeiro. LEVY, (1986: 27-40).

Como vimos o controle acionário da CTI alterou-se em 1900 e em 1910, passando o capital comercial estrangeiro a representar 50% do capital acionário no primeiro momento e 70% em 1910, compondo-se aqui com o capital financeiro inglês. Em 1900, a influência do capital comercial estrangeiro foi mais efetiva na distribuição, com a filial inglesa da casa Edward Ashworth, no Rio de Janeiro, sendo também responsável pelo direcionamento dos investimentos na diversificação e ampliação da produção. A partir de 1911, com o falecimento do presidente-fundador, Rodrigo Nazareth de Souza Reis, a companhia passa a ser não só controlada mas dirigida por ingleses até 1930.

Outra empresa da qual obtivemos alguns dados foi a Sociedade Anônima Jacarehy Industrial - SAJI. O capital inicial da companhia foi de 300:000\$000, dividido em 1.500 ações.(Ata da Assembléia Constituinte, 16/11/1911)

O acionista principal, com dois terços das ações, e presidente da companhia, Manoel Lopes Leal, era português e morador em Jacareí, onde desenvolvia atividades industriais tradicionais, no setor de destilação de álcool e refinação de açúcar.

Da família Mercadante, que possuía 25,66% das ações, Nicolau Mercadante era italiano de Torraca, província de Salerno. Ele chegou a Jacareí com seu irmão Pedro na década de 1870. Ali exerceu a profissão de funileiro, fabricando tachos, objetos de cobre fundido e alambiques. Abolicionista, era considerado especialista em fugas de escravos. Sorteado na loteria, estabeleceu uma grande casa comercial na rua de Baixo. Com o restante do dinheiro, passou a fazer empréstimos às pessoas da cidade. Foi tesoureiro (1912-1919) e vice-provedor (1929-1930) da Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, o que explicaria a alocação de recursos da SAJI destinados à doação para a Santa Casa de Misericórdia no valor de 1:000\$000 por ano.(Ata AGO 20/1/1917; 24/1/1918; 27/1/1920; 25/1/1921)

Os demais acionistas da família Mercadante eram filhos de Nicolau Mercadante.

Felício Mercadante era italiano, dono do primeiro curtume de Jacareí. Antonio Jordão Mercadante integrou-se mais efetivamente a SAJI. Foi sócio, gerente e depois presidente da companhia. José Jordão Mercadante foi vereador e juiz de paz da cidade por longo período.

O major José Bonifácio de Mattos, natural de Caçapava, foi proprietário de um dos principais estabelecimentos comerciais de Jacareí, depois de 1895 passou a investir em atividades urbanas. Foi concessionário de energia elétrica de Jacareí, inaugurando o serviço pioneiro na região em 1895, a partir de uma usina térmica. Os demais acionistas, num total de cinco, dos quais não obtivemos informações, possuíam 7,34% do capital acionário da empresa. Como vemos, a SAJI foi uma empresa cujo capital, em toda sua existência, foi eminentemente urbano. Na primeira fase, houve a associação do capital do pequeno industrial com o capital comercial, ambos locais; posteriormente, os proprietários eram de origem comercial.

A Companhia de Tecidos de Malha “Filhinha” S/A passou em 1911 ao controle acionário de empresas financeiras estrangeiras e de investidores imigrantes da cidade de São Paulo, que se associaram aos antigos proprietários, J. Copinger-Walsh, também imigrantes, residentes em Jacareí, que passam a ser acionistas minoritários, com 25% das ações.(Ata AGE 25/10/1911)

Em 1922, o controle acionário é totalmente assumido por investidores paulistanos. Os acionistas Eustachio N. Patounas, diretor gerente, com 1350 ações, correspondentes a 54,0% e A.P. Maluf, com 495 e 19,8% e Wadih Pedro Maluf, com 350 e 14,0% respectivamente, detinham 87,8% das ações da empresa.( Ata AGO 16/2/1922)

Como vemos, os investidores dessa companhia estavam ligados aos interesses da capital paulista com unidades produtivas no interior do Estado.

Na Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, tivemos a predominância entre seus primeiros acionistas do capital dos agricultores e comerciantes da cidade.(Ata Assembléia de Constituição 27/3/1914)

Para uma visualização mais clara das atividades podemos agrupar o capital da empresa conforme sua origem, na agricultura, comércio, bancos locais e capitalistas paulistanos.

Da distribuição das ações, algumas informações são evidentes.A primeira é que se tratou de uma indústria fundada com capital local. O total de capital dos agricultores, comerciantes da cidade e poupanças familiares perfazem 74,3% de todo o capital. Se considerarmos a captação do Banco Popular como de alcance local ou, no máximo, de cidades próximas, e acrescermos ao anterior, chegaremos a 87,6% de capital local. Esse número é ainda subestimado, pois entre os outros cinco acionistas possuidores de 10,7%



de capital, dos quais não obtivemos informações, podíamos contar com outros investidores locais, o que aumentaria ainda mais o índice acima.

Entre os investidores locais, destaca-se a família Rodrigues Alves, que detinha 31,3% das ações, sem no entanto participar da diretoria, exceto Benedito Rodrigues Alves, suplente do conselho fiscal. Porém, a família está presente em outras atividades do setor urbano- industrial, como a concessão para exploração da energia elétrica.( Ata AGO 24/4/1911) Portanto a diretoria da CFT Guaratinguetá dividia-se em agricultores e comerciantes locais. (Ata Assembléia de Constituição 27/3/1914)

A única exceção é Secondo Biola, diretor técnico, residente em São Paulo e possuidor de apenas 1,6% das ações. Isso vem comprovar a estreita dependência dos investidores em relação ao diretor técnico devido à precariedade, ainda em 1914, das condições de manutenção e assistência técnica dos equipamentos.

Em 23/11/1918, houve a renúncia da diretoria, por força da mudança do controle acionário. A nova diretoria passou a ser composta por: Presidente: Dr. Carlos de Campos; Vice-Presidente: Alberto Abreu; Gerente comercial: Alfredo Montenegro; Sub-gerente comercial: Dr. Raul Cintra e Gerente técnico industrial: Augusto Schmuziger.( Ata AGE 25/11/1918)

Não obtivemos informações sobre esses acionistas. No entanto, essa gestão foi efêmera, destacando-se, no entanto, a entrada do acionista Augusto Schmuziger, que ficaria à frente da empresa até o final da década de 1930. Isso é confirmado com a nova composição acionária quando o mesmo assume a presidência da Companhia.(Lista dos senhores acionistas da Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, D.O.E., 20/7/1920)

A Diretoria da CFT Guaratinguetá passou a ser composta por: Presidente: Augusto Schmuziger; Vice-presidente: Benedito Rodrigues Alves; Diretor Técnico: Pietro Cappio.

Temos que, a partir de 1920, o capital da família Rodrigues Alves reduz-se a 14,38%, passando o controle acionário para capitalistas industriais vindos da cidade de São Paulo. Foram incorporadas as firmas A. Corezzi&Comp e Crespi & Conti. (Ata AGE 19/6/1920)Na direção técnica da fábrica continuava um imigrante. O total das ações dos investidores paulistanos alcançava 64,25%.

Com relação à Companhia Industrial Limitada de Caçapava, é possível saber quais eram os interessados nas suas atividades, mesmo não tendo ela operado. Não obtivemos a proporção das ações dos seus trinta e nove acionistas. A primeira diretoria da Companhia era composta pelo Major José de Almeida Teles, Francisco Wichan, Benedito Gurgel do Amaral, Dr. José Pereira de Matos e José de Siqueira. (Translado da Escritura de Constituição da Companhia Industrial Limitada de Caçapava. D.O.E., 21/12/1912)

Na escritura, José Pereira de Matos aparece como procurador de nove acionistas, dos quais seis residentes na cidade de São Paulo. Dois desses acionistas, com sobrenome Pereira de Matos eram proprietários; outros três, negociantes, e um agricultor.

Natural de Portugal, José Pereira de Matos nasceu em 11 de março de 1872 e faleceu em São Vicente em 29 de julho de 1956. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, permaneceu por longo período em Caçapava, exercendo vários cargos públicos. O major José de Almeida Teles representou por procuração dois acionistas, ambos lavradores, sem indicação de origem. Natural de São José dos Campos, passou a residir em Caçapava em 1884, onde iniciou suas atividades como comerciante de fazendas e armarinhos, depois, comissário de café, fazendeiro e industrial.

O secretário José Tomás de Siqueira, natural de Caçapava, aparece como procurador de dois acionistas, sendo um farmacêutico de Mogi das Cruzes. Começou suas atividades como servidor da Estrada de Ferro Central do Brasil, depois comerciante e agricultor.

Francisco Wichan era provavelmente de São Paulo ou Rio de Janeiro, com experiência no setor têxtil. Deduzimos isso porque encontramos seu nome em um pedido de incentivos fiscais para organizar uma fábrica de flanelas em Guaratinguetá. (Ata de 14/9/1911). Empreendimento não levado a efeito, mas que indica ser catalizador do interesse de investidores locais.

Podemos observar em Caçapava que o interesse na atividade industrial, em sua maioria, era de pessoas ligadas às atividades urbanas.

## **Conclusão**

Após as considerações anteriores, podemos apontar algumas evidências quanto às origens étnico- sociais dos empresários na região do vale do Paraíba no estado de São Paulo.

Primeiramente, devemos observar que as indústrias instaladas na região antes da Primeira Guerra Mundial contaram com a predominância do capital originado nas atividades urbanas locais e no capital acumulado nas atividades agrícolas, notadamente o café. A Malharia Nossa Senhora da Conceição, a Sociedade Anônima Jacarehy Industrial e a Companhia de Tecidos de Malha “Filhinha” S/A, tiveram o capital inicial investido gerado nas atividades urbanas, mesmo quando das mudanças do controle do capital acionário, exceto na Malharia, que teve um período, de 1885 a 1898, com controle acionário de fazendeiros.

Em relação à CTI, a maior parte dos investidores também era de origem urbana. A CFT Guaratinguetá foi a única empresa organizada antes da Primeira Guerra Mundial e que continuava em operação em 1930 contando com predominância de capital de origem agrícola. Porém, algumas observações devem ser feitas. A Companhia não obteve êxito em sua instalação antes da Primeira Guerra, sendo reorganizada logo após, alterando a composição acionária, passando assim a ser majoritário o capital vindo de investidores da cidade de São Paulo.

Outro aspecto a ser observado é a quase totalidade de imigrantes ou descendentes de imigrantes na direção técnica das fábricas. O diretor-técnico da Companhia de Tecidos de Malha “Filhinha” e da CTI, como vimos, João Ferraz e Felix Guisard, eram brasileiros, porém, filhos de imigrantes e tinham experiência e tradição no setor.

Assim, é confirmada no Vale do Paraíba Paulista a afirmação de Warren Dean, de que os empresários brasileiros veio da elite rural ou dos imigrantes europeus urbanizados.

Embora não controlassem efetivamente as indústrias, os cafeicultores com seus investimentos legitimavam a opção industrial como alternativa para o processo de crescimento regional e os imigrantes ou seus descendentes viabilizavam, no gerenciamento da produção, os empreendimentos.

Quanto a situação dessas indústrias ao final da década de 1920, o controle acionário mostram investidores originários de São Paulo ou do Rio de Janeiro, cidades que possuíam maior dinamismo industrial no país, com predomínio de estrangeiros,



demonstrando uma forte ligação com casas comerciais que tinham interesse em manter uma base de distribuição operacionalmente mais eficiente, utilizando fabricantes no Brasil. Destacamos a ausência completa de investidores vindos das classes populares, mostrando uma decadência econômica e de empreendedores na região. O pouco dinamismo econômico da região do Vale do Paraíba, que convivia com a decadência da atividade cafeeira explica essa ausência.

### **Bibliografia**

BARBOSA, A. de S. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990)**. São Paulo:Hucitec/FAPESP, 2006

BERINGS, Emílio Amadei.**Conversando com a Saudade**. São Paulo, Editora Bisord, 1971.

BRANDÃO, M. A. **De Imigrante Pobre a Pequeno Industrial no Interior Paulista: A Formação do Empresariado Industrial em Ribeirão Preto e Franca ( 1890-1960)**. XXI Encontro estadual de História. Campinas: UNICAMP, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C.**Empresários suas Origens e as Interpretações do Brasil**.in SZMRECSÁNYI, T. e MARANHÃO, R.(org.). **História de Empresas e Desenvolvimento Econômico**.São Paulo, HUCITEC/FAPESP/ABPHE, 1986. pp. 143-164.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo(1880-1945)**. São Paulo. DIFEL,1971.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

GRAHAM, R.**Grã-bretanha e o Início da Modernização no Brasil-1850-1914**.São Paulo, Brasiliense, 1973.



LENCIONE, B. S. **Entrevista**. Jacareí, 1999.

LEVY, M. B. **As Tarifas de Energia Elétrica na Composição dos Custos Industriais na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século**, in: **Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia**. ELETROPAULO, São Paulo, 19-23/10/1986, Volume 1, pp. 27-40.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 2003.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil**. Vol. 2 São Paulo: EDUSP/Saraiva, 2008.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil**. Vol. 3 São Paulo: EDUSP/Saraiva, 2009.

PACHECO E CHAVES, E. A. EtAlli. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo**. São Paulo, Comissão Central de Estatística, 1888.

PASSARELLI, U. **Contribuição à História de Taubaté. Denominação de Vias e Logradouros Públicos**. Taubaté, Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

SAN-MARTIN, P. G.A **Companhia Taubaté Industrial. O Empresário, a Empresa e a Cidade**. Taubaté, Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade de Taubaté, 1990. pp. 109-110.

### **Fontes documentais**

Arquivo Diário Oficial do Estado de São Paulo

Ata da Assembléia Constituinte, 16/11/1911, D.O.E., 28/11/1911, p. 4652.

Ata AGO 16/2/1922, D.O.E., 16/3/1922, p. 1925.

Ata AGE 25/10/1911, D.O.E., 7/11/1911, p. 4253-4254..

Ata Assembléia de Constituição 27/3/1914, D.O.E., 16/4/1914, p. 1701.

Ata Assembléia Geral Ordinária 24/4/1911. D.O.E. 22/8/1911, p. 3221.

Ata Assembléia de Constituição 27/3/1914, D.O.E., 16/4/1914, p. 1701.

Ata AGE 25/11/1918, D.O.E., 10/12/1918, p. 5819.

Lista dos senhores acionistas da Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, D.O.E., 20/7/1920, p. 4406.

Ata AGE 19/6/1920. D.O.E., 20/7/1920, p. 4404.

Translado da Escritura de Constituição da Companhia Industrial Limitada de Caçapava. D.O.E., 21/12/1912, pp. 5275-5277.

Ata AGO 20/1/1917, D.O.E., 24/1/1917, p. 374;

Ata AGO 24/1/1918, D.O.E., 29/1/1918, p. 630;

Ata AGO 27/1/1920, D.O.E., 5/2/1920, p. 801;

Ata AGO 25/1/1921, D.O.E., 12/2/1921, p. 978.

Lista de Acionistas. D.O.E. 5/5/1909, p. 1557.

Ata AGE 22/5/1918, D.O.E., 25/5/1918, p. 1701. CTI Jornal nº 3, 15/6/1937, p. 3.

Centro de Documentação e Pesquisa Histórica-UNITAU.